

MAS TERÁ PROBLEMAS COM O CLUBE DE PARIS

O Brasil resiste a um acordo com o FMI e em Paris isto é visto com má vontade

Ao contrário do que se poderia esperar, o encerramento das negociações para o reescalonamento da dívida brasileira com os bancos comerciais, anunciada no último fim de semana nos Estados Unidos, não vai facilitar a renegociação de parte da dívida pública ou privada garantida pelos Estados, junto ao "Clube de Paris". Representantes do Tesouro francês, responsáveis pela secretaria do "Clube de Paris", não dissimulam uma certa má vontade em relação ao Brasil pela sua resistência em aceitar qualquer acordo com o FMI. E isso apesar da conclusão com êxito das negociações com os bancos comerciais em Nova York, desbloqueada pelo anúncio feito pelo presidente Sarney de medidas de ajustamento econômico, denominadas aqui na Europa de "Plano Tropical". Um desses representantes do "Clube de Paris" dizia ontem, sem esconder uma certa dose de ironia, que, se o Brasil não tem necessidade de ir ao Fundo Monetário em razão de seu superávit comercial e do bom nível de suas reservas, não precisa reescalonar a parte de sua dívida com o Clube, podendo pagar normalmente seus débitos nos vencimentos. Uma outra fonte bancária que identificou o mesmo tipo de reação junto ao "Clube de Paris" definiu a situação afirmando: "O Brasil quis e conseguiu dobrar a resistência dos bancos comerciais. Agora, o Brasil pretende mas ainda não conseguiu dobrar a resistência do 'Clube de Paris'. De qualquer forma, encerrada essa fase de negociações

em Nova York, as atenções se voltam para a Europa, isto é, para Paris, onde será negociado o reescalonamento de parte da nossa dívida pública. O próprio presidente do Banco Central, Fernão Bracher, previu que o negociador brasileiro, Antônio Seixas, deverá estar na capital francesa para esse fim até o final do mês. Uma das regras do "Clube de Paris" é de apenas admitir qualquer reescalonamento após um acordo formal do país devedor com o FMI. Mas essa não é a opinião de Fernão Bracher, presidente do Banco Central, que, após avistar-se com seus representantes no final de fevereiro, afirmou que o "Clube de Paris" não possui regras escritas, razão pela qual acredita na sua flexibilidade para negociar com o Brasil, mesmo sem o "sinal verde" do FMI. Tudo indica que, encerrada a disputa de braço de ferro entre o governo do Brasil e o comitê de bancos, está começando outra entre as autoridades brasileiras e as do "Clube de Paris".

Este grupo não constitui uma organização internacional que dispõe de meios próprios para avaliar devidamente a situação econômica e financeira de um país, razão pela qual utiliza a sofisticada estrutura do Fundo, apoiando-se nos seus levantamentos e na sua logística. Além disso, essa exigência permite garantir a igualdade de tratamento para os países devedores. Se o Brasil conseguir reescalonar parte de sua dívida pública com o "Clube de Paris" sem passar pelo Fundo, po-

derá abrir um precedente perigoso em relação aos demais países devedores. Este, pelo menos, é o argumento mais utilizado por seus representantes, que continuam insistindo na necessidade de um acordo com o Fundo antes de qualquer negociação. Este argumento era também utilizado em relação aos bancos comerciais e deixou de existir, no caso brasileiro, a partir do anúncio feito no fim de semana em Nova York do acordo com os bancos. Talvez isso explique a irritação de certos funcionários franceses do "Clube de Paris".

O pacote econômico anunciado sexta-feira, os resultados da reunião do Grupo de Cartagena em Punta Del Este e o anúncio do acordo entre o Brasil e os bancos comerciais nos Estados Unidos, isto é, o conjunto desses acontecimentos está sendo interpretado como uma nova fase não só da dívida brasileira, mas latino-americana. Nas últimas três semanas, as regras do jogo evoluíram de tal forma que os meios financeiros acreditam que apesar de toda resistência atual do "Clube de Paris", existem possibilidades de se chegar a um acordo com credores como o Brasil. Mas isso implica uma alteração do próprio papel do FMI, o que já está acontecendo, de certa forma, como mostra a própria negociação, com o comitê de bancos. O FMI deve perder o seu papel de instrumento controlado pelos países credores e que exerce um monitoramento direto nas políticas econômicas dos países devedores.

Sem nenhuma dúvida, nos meios financeiros e monetários da Europa acredita-se que não foram apenas certos bons resultados econômicos e o fato de o Brasil estar pagando em dia os juros de sua dívida aos bancos (mesmo não estando sendo pagos os juros da dívida pública) que contribuíram para desbloquear o acordo com o comitê de bancos. O plano de luta contra a inflação anunciado no final da semana passada, comparado erradamente por alguns setores com o da Argentina, também facilitou a conclusão das negociações. Enquanto Brasília adotou um plano mais flexível, elaborado para um país em expansão e evidentemente preocupado com o fato social, o plano de Buenos Aires foi elaborado para

uma economia em recessão. Essa diferença fundamental, entretanto, ainda tem passado despercebida de certos analistas europeus, que identificam apenas os aspectos anti-inflacionários do plano brasileiro. Poucos são os que perceberam, mesmo no plano argentino, uma certa ausência de ortodoxia. Cita-se o professor Moisés Ico Iecoff, diretor de pesquisas do CNRS, que em encontro organizado na semana passada em Paris, sobre a dívida do Terceiro Mundo, comentou: "A ortodoxia internacional nos últimos meses andou fazendo peregrinação a Buenos Aires para louvar um 'Plano Austral', na verdade, muito pouco ortodoxo". A mesma observação está começando a ser feita em relação ao chamado "Plano Tropical" do Brasil.

De qualquer forma ele serviu para que os bancos internacionais adotassem uma posição mais pragmática, admitindo perder um pouco, mas concluir um acordo com o país que mais deve em todo o mundo e que, ao contrário de outros, tem obtido resultados que permitiram o pagamento em dia dos juros até agora, graças aos esforços de uma economia que continua em expansão. Dessa forma, os países latino-americanos estão obtendo bons resultados na negociação caso por caso. Não podia ser outro o encaminhamento, tais as diferenças das economias dos diversos países endividados do continente latino-americano. Isso agrada também os países credores na medida em que evita um confronto entre devedores e credores, o que constituiria uma ameaça das mais sérias para o próprio sistema financeiro internacional. Em Punta del Este, os países do Grupo de Cartagena mantiveram essa linha, o que não quer dizer que não se sintam solidários com as decisões adotadas individualmente por cada um deles, mas não chegaram a decidir uma ação comum para forçar uma solução global do problema da dívida. Agora, após o encaminhamento de soluções para os problemas do Brasil e da Argentina, a grande preocupação volta a ser o México. Como compensar as perdas sofridas com a deterioração dos preços do petróleo e queda brusca do dólar nos últimos tempos?

Reali Júnior, de Paris